
Coleção

REPERCUSSÕES DO

v.12

**NOVO
CPC**

Coordenador geral

FREDIE DIDIER JR.

DIREITO ELEITORAL

Organizadores

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO

2016



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1076724

Sumário

Capítulo 1

O Novo CPC e o Direito Eleitoral: Impacto, Prazos e Provas no Processo Eleitoral

| | |
|---|----|
| <i>Adriano Meireles Borba</i> | 15 |
| 1. Considerações iniciais sobre o processo judicial eleitoral..... | 15 |
| 2. Dispositivos do novo cpc potencialmente aplicáveis ao direito processual eleitoral | 19 |
| 3. A nova forma de contagem dos prazos em dias úteis..... | 24 |
| 4. Provas no novo cpc e sua aplicabilidade no direito eleitoral..... | 27 |
| 5. Considerações finais..... | 30 |
| 6. Referências..... | 32 |

Capítulo 2

Brevíssimas notas sobre os negócios jurídicos processuais eleitorais

| | |
|--------------------------------------|----|
| <i>Adriano Soares da Costa</i> | 33 |
|--------------------------------------|----|

Capítulo 3

Prazos recursais em matéria eleitoral e o novo CPC

| | |
|--|----|
| <i>Alexandre Ávalo Santana e Luís Cláudio Alves Pereira</i> | 37 |
| 1. Introdução | 37 |
| 2. O Processo Eleitoral e a regra de conectividade expressa do Novo CPC | 38 |
| 3. Normas aplicáveis ao processo eleitoral | 40 |
| 3.1. Resoluções do TSE e sua função normativa | 43 |
| 4. Os Prazos Recursais no âmbito do processo Eleitoral e as eleições de 2016 | 45 |
| 4.1. A incidência do cômputo dos prazos em dias úteis | 47 |
| 4.2. Da admissibilidade do recurso prematuro | 51 |
| 4.3. Da Suspensão dos Prazos no recesso forense | 52 |
| 5. Considerações finais..... | 53 |

Capítulo 4

Rápida anotação sobre o julgamento por presunção da LC 64 e o novo Código de Processo Civil

| | |
|--|----|
| <i>Antônio Carlos Mathias Coltro</i> | 55 |
| Bibliografia | 72 |

Capítulo 5

O sistema de precedentes do novo CPC e sua repercussão no direito eleitoral

| | |
|--|----|
| <i>Clarissa Campos Bernardo e Marcelo Santiago de Padua Andrade</i> | 75 |
| 1. Introdução | 75 |
| 2. O precedente e seu valor para o direito brasileiro: um breve resgate histórico e sua evolução no NCPC | 76 |

| | | |
|----|---|----|
| 3. | O modo de operacionalização do novo sistema de precedentes do NCPC: alguns conceitos básicos..... | 79 |
| 4. | Repercussão do sistema de precedentes no Direito Eleitoral e o art. 16 da CF/88..... | 84 |
| 5. | Conclusões..... | 88 |
| 6. | Bibliografia..... | 89 |

Capítulo 6

A Ação Eleitoral como Tutela dos Direitos Coletivos e a aplicação subsidiária do microsistema processual coletivo e do CPC

| | | |
|-----|---|-----|
| | <i>Flávio Cheim Jorge</i> | 93 |
| 1. | Introdução..... | 93 |
| 2. | Justiça Eleitoral e sua função..... | 94 |
| 3. | A competência da Justiça Eleitoral..... | 96 |
| 4. | Os valores que permeavam a Justiça Eleitoral quando de sua criação..... | 101 |
| 5. | A Constituição Federal, a urna eletrônica e a mudança do Paradigma..... | 106 |
| 6. | A ausência de um tratamento sistêmico processual da tutela eleitoral..... | 109 |
| 7. | A natureza coletiva da ação eleitoral..... | 111 |
| 8. | A aplicação subsidiária dos diplomas processuais civis..... | 113 |
| 9. | Conclusão..... | 119 |
| 10. | Bibliografia..... | 121 |

Capítulo 7

Breves anotações sobre prova no processo eleitoral à luz do novo Código de Processo Civil

| | | |
|----|---|-----|
| | <i>Flávio Luiz Yarshell</i> | 125 |
| 1. | Introdução: peculiaridades do processo eleitoral em matéria probatória..... | 125 |
| 2. | Incidência das normas fundamentais: contraditório e cooperação..... | 128 |
| 3. | Distribuição “dinâmica” do ônus da prova..... | 129 |
| 4. | Prova pré-constituída: ata notarial, antecipação da prova (sem o requisito da urgência) e prova documental..... | 132 |
| 5. | Prova oral: depoimento pessoal, oitiva de testemunhas e oitiva de especialista..... | 134 |

Capítulo 8

Estabilização da demanda e correção da ilegitimidade passiva no processo eleitoral

| | | |
|----|--|-----|
| | <i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. e Roberto P. Campos Gouveia Filho</i> | 137 |
| 1. | Considerações iniciais..... | 137 |
| 2. | Breve noção sobre a correção da ilegitimidade passiva e sua compatibilidade/utilidade relativamente ao processo eleitoral..... | 141 |
| 3. | A analítica da correção da ilegitimidade passiva estabelecida no NCPC..... | 149 |
| 4. | Conclusões..... | 155 |

Capítulo 9

As normas fundamentais do novo Código de Processo Civil e sua aplicação nos processos de competência da Justiça Eleitoral

| | | |
|--|---|-----|
| | <i>José Marcelo Menezes Vigliar e Tony Ferreira de Carvalho Isaac Chalita</i> | 159 |
|--|---|-----|

Capítulo 10**Os Embargos de Declaração no Processo Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil**

| | |
|--|-----|
| <i>Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior</i> | 169 |
| 1. Natureza jurídica dos embargos de declaração | 169 |
| 2. Os Embargos de Declaração e a Interrupção do Prazo Recursal | 173 |
| 3. Em que efeitos devem ser recebidos os embargos de declaração no Direito Eleitoral? | 176 |
| 4. Fim da tese da “intempestividade por antecipação” | 180 |
| 5. Nova inteligência dos embargos para fins de prequestionamento | 181 |
| 6. Resumo dos Reflexos do Novo CPC no Direito Eleitoral em matéria de Embargos de Declaração | 181 |

Capítulo 11**A renovação dos embargos de declaração no Código Eleitoral**

| | |
|---|-----|
| <i>Luiz Henrique Volpe Camargo</i> | 183 |
| 1. Introdução | 183 |
| 2. Breve histórico | 184 |
| 3. Os embargos de declaração no Código Eleitoral | 186 |
| 3.1. O prazo dos embargos de declaração e sua forma de contagem | 186 |
| 3.2. A forma de intimação e sua influência no início do prazo para oposição de embargos de declaração | 188 |
| 3.3. As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração | 190 |
| 3.4. Decisões embargáveis | 191 |
| 3.5. Embargos de declaração e a fungibilidade | 192 |
| 3.6. A interrupção do prazo para outro recurso | 196 |
| 3.7. A sanção para os embargos de declaração protelatórios | 198 |
| 3.8. A competência para julgamento dos embargos de declaração | 199 |
| 3.9. Publicação em pauta e prévia intimação das partes | 200 |
| 4. Conclusão | 201 |
| 5. Bibliografia | 201 |

Capítulo 12**Impacto do Novo CPC nos Processos Eleitorais**

| | |
|---|-----|
| <i>Marcus Vinicius Furtado Coelho</i> | 203 |
| 1. A importância do novo CPC e o Direito Eleitoral: uma breve introdução | 203 |
| 2. Considerações sobre a aplicabilidade do novo CPC ao processo eleitoral | 205 |
| 3. Os embargos declaratórios em matéria eleitoral | 207 |
| 4. Julgamento por presunção (Direito Eleitoral) versus garantia de livre convencimento (novo CPC) | 210 |
| 5. Considerações finais | 211 |
| 6. Referências bibliográficas | 212 |

Capítulo 13**“Compra de votos”, direito sancionador e ônus da prova**

| | |
|--|-----|
| <i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i> | 213 |
| 1. Introdução | 213 |
| 2. Direito sancionador | 214 |

| | | |
|----|---|-----|
| 3. | Formação do convencimento judicial: necessidade da presença de dolo | 216 |
| 4. | Distribuição do ônus da prova no Código de Processo Civil de 2015 e modelo de constatação a ser empregado na aplicação das sanções por captação ilícita de sufrágio | 221 |
| 5. | Conclusões | 226 |

Capítulo 14

Relação entre Demandas Eleitorais

| | | |
|----|---|-----|
| | <i>Paulo Henrique dos Santos Luçon</i> | 229 |
| 1. | Direito processual eleitoral | 229 |
| 2. | Demandas eleitorais | 230 |
| 3. | Teoria da substanciação da causa petendi no CPC de 2015 | 231 |
| 4. | Ação de impugnação de registro de candidatura ou ação declaratória de elegibilidade | 233 |
| 5. | Ação de investigação judicial eleitoral | 234 |
| 6. | Ação de impugnação de mandato eletivo | 236 |
| 7. | Recurso contra expedição de diploma | 236 |
| 8. | Relação entre demandas | 238 |

Capítulo 15

O novo sistema de precedentes e o direito eleitoral

| | | |
|----|--|-----|
| | <i>Ricardo Ferraço</i> | 245 |
| 1. | Introdução | 245 |
| 2. | Princípios constitucionais do direito eleitoral | 248 |
| 3. | A justiça eleitoral como instrumento de concretização de eleições livres | 254 |
| 4. | O novo sistema de precedentes e o direito eleitoral | 255 |

Capítulo 16

Embargos de declaração no processo eleitoral: breve releitura após a vigência do CPC-2015

| | | |
|-----|---|-----|
| | <i>Rodrigo Mazzei</i> | 259 |
| 1. | Do objeto do trabalho | 259 |
| 2. | O código eleitoral como superfície legal dos embargos de declaração no processo eleitoral | 261 |
| 3. | Prazo para manejo dos embargos de declaração | 264 |
| 4. | Natureza jurídica | 270 |
| 5. | Hipóteses de cabimento | 274 |
| 6. | Das decisões embargáveis | 276 |
| 7. | Embargos de declaração e o princípio da fungibilidade | 280 |
| 8. | Da preservação do prazo para outros recursos | 283 |
| 9. | Efeito suspensivo (propriamente dito) | 284 |
| 10. | Os embargos de declaração no “novo” código de processo civil | 285 |
| | 10.1. As principais questões que envolvem prazo para manejo | 289 |
| | 10.2. Cabimento contra qualquer tipo de decisão judicial | 290 |
| | 10.3. “Alargamento” das hipóteses de oponibilidade de embargos de declaração | 291 |
| | 10.4. Prequestionamento | 293 |
| | 10.5. Ratificação de recurso excepcional | 294 |
| | 10.6. Apenamento pelo uso de embargos de declaração manifestamente protelatórios | 295 |
| | 10.7. Efeito suspensivo | 296 |
| 11. | Breve fechamento | 297 |